
Narrativas em disputa: uma análise crítica da cobertura midiática sobre os conflitos entre a Agropalma e comunidades tradicionais no Pará¹

Elizandra da Silva Ferreira²
Jússia Carvalho da Silva Ventura³
Universidade Federal do Pará - UFPA

Resumo

Este estudo analisa a cobertura midiática dos conflitos socioambientais envolvendo a empresa Agropalma e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) nos municípios de Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu (PA), entre 2010 e 2024. A pesquisa, baseada na metodologia de Análise de Conteúdo categorial (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021), examinou 175 notícias para identificar padrões narrativos, atores sociais destacados e tendências temáticas. Os resultados revelam que 40,57% das matérias abordam conflitos fundiários, seguidos por violência contra comunidades tradicionais (38,29%), com picos de cobertura em 2022-2024. Conclui-se que a mídia amplifica tensões entre desenvolvimento econômico e direitos territoriais, mas a cobertura frequentemente negligencia aspectos estruturais, como a regularização fundiária.

Palavras-chave: Agropalma; conflitos fundiários; mídia; comunidades tradicionais; Amazônia.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é palco de conflitos socioambientais históricos, onde interesses econômicos frequentemente colidem com os direitos de comunidades tradicionais. Nesse contexto, a expansão da monocultura de dendê no Pará, liderada por empresas como a Agropalma, tem gerado tensões fundiárias, violência e degradação ambiental nos municípios de Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu. Tais conflitos, no entanto, não se restringem ao campo material: são também disputas narrativas, nas quais a mídia desempenha um papel central na construção de percepções públicas e na mobilização de ações políticas.

Este estudo se insere no debate sobre comunicação e justiça socioambiental, investigando como a cobertura midiática retrata os conflitos entre a Agropalma e

¹ Trabalho apresentado no IJ07 - Comunicação e Cidadania, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista graduada pela Universidade Federal do Pará. Discente de Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal do Pará. Residente de Comunicação Social da Clínica MultiverCidades da UFPA, e-mail: elizandra.ferreira@ica.ufpa.br

³ Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará. Professora Substituta da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará e Professora Colaboradora da Clínica MultiverCidades da UFPA, e-mail: jussiac@gmail.com

comunidades indígenas e quilombolas. Partindo do pressuposto de que a mídia não apenas informa, mas também molda entendimentos sobre os atores envolvidos, influenciando agendas políticas e respostas institucionais. A relevância do tema reside na urgência de equilibrar interesses econômicos, ambientais e sociais na Amazônia, além de compreender o papel da mídia na formação de opinião pública e políticas públicas.

CONTEXTO HISTÓRICO

A expansão da Agropalma, grande produtora de óleo de palma no Brasil, tem gerado impactos significativos em comunidades quilombolas e indígenas no Pará. Impulsionada por investimentos governamentais e privados (DW Brasil), a monocultura de dendê na Amazônia enfrentou resistência desde o início devido aos seus impactos ambientais e sociais.

[...] o governo brasileiro lançou no Pará, no início de maio, o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, com diretrizes para o plantio e o financiamento do dendê em pequenas, médias e grandes propriedades. O programa, que também gerou um projeto de lei (PL) correspondente enviado ao Congresso Nacional, estabelece a "vedação de supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para o plantio de palma" e a "vedação de licenciamento ambiental para indústrias que utilizem como insumo palma de óleo cultivada em áreas não indicadas pelo zoneamento agroecológico" (Repórter Brasil, 03/06/2010).

A partir de 2010, comunidades tradicionais passaram a relatar ameaças crescentes a seus territórios e modos de vida com a expansão do dendê. O avanço das plantações gerou denúncias de grilagem, degradação ambiental e violência, comprometendo sua subsistência e segurança (Repórter Brasil). O debate sobre direitos fundiários se intensificou, já que muitas das áreas utilizadas pela Agropalma pertencem historicamente a essas comunidades. Apesar dos elogios por fomentar a economia e gerar empregos (Portal Tailândia), a empresa também foi alvo de denúncias por trabalho escravo e condições degradantes (Repórter Brasil, O Liberal, G1 Pará).

O auge das tensões ocorreu entre 2022 e 2023, com ampla repercussão midiática sobre os impactos socioambientais e as lutas por direitos territoriais. A análise do histórico de conflitos, com base em dados jornalísticos e documentais, evidencia a complexidade das disputas entre interesses econômicos, justiça fundiária e preservação ambiental.

“Guerra do dendê” é a expressão usada para se referir ao conflito territorial entre comunidades tradicionais e uma empresa do setor de óleo de palma, que

tem impactado a região. No Pará, as plantações de palma, utilizadas para a produção de óleo de dendê, são palco de enfrentamentos recorrentes entre empresas produtoras e comunidades indígenas e quilombolas. Essas disputas incluem acusações de grilagem, intimidações a lideranças locais e até a presença de cartórios-fantasma. (Revista Cenarium, 22/08/2024)

Os conflitos evidenciam violações de direitos humanos, com comunidades tradicionais ameaçadas de perda territorial, violência e assassinatos de lideranças. Isso levou à mobilização de ONGs em defesa dos direitos fundiários e no combate a práticas ilegais como trabalho escravo e apropriação de terras (Brasil de Fato, Associação Nacional de Ação Indigenista).

Economicamente, a expansão do dendê na Amazônia visa atender à demanda global por óleo de palma, um produto chave para diversas indústrias e que atrai investimentos significativos e gera empregos (Pará Terra Boa, Summit Agro). No entanto, esse crescimento depende de regulamentações para evitar que os ganhos econômicos resultem em prejuízos para comunidades e meio ambiente.

Um dos principais impactos ambientais do dendê já detectados no nordeste paraense (depois da onda de desmatamentos praticados por - ou a mando de - empresas em lotes de agricultura familiar para a implantação de dendê, entre 2008 e 2010) tem sido a contaminação por agrotóxicos de igarapés que alimentam os inúmeros rios - como o Pará, Tocantins, Moju, Acará, Acará Miri, Capim, Auiaçu, Maracanã e Camari, entre outros - da região (Cruz; Farias, 2017, p. 88).

Em relação ao meio ambiente, a conversão de vastas áreas de floresta em plantações leva à perda expressiva de biodiversidade local, degradação do solo e contaminação de rios, agravando as mudanças climáticas (DW, Brasil de Fato).

METODOLOGIA

A Análise de Conteúdo categorial, conforme Rafael Cardoso Sampaio e Diógenes Lycarião no livro Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação, será o referencial teórico para analisar as matérias. Essa metodologia interpreta e categoriza conteúdos de comunicação, como textos, para identificar padrões, temas e significados (Sampaio et al, 2021). Aplicando essa técnica, a análise das notícias buscará responder a perguntas-chave: tipos de notícias divulgadas sobre Agropalma, indígenas e quilombolas; portais e municípios abordando o tema; tipos de categorias noticiosas; principais conflitos; e possíveis abordagens tendenciosas.

A pesquisa foi realizada no Google, na aba "Notícias", com filtros de tempo (2010-2024) e palavras-chave. As buscas foram divididas em três etapas: "Agropalma"; "Indígena" + municípios; e "Quilombola" + municípios. Os resultados foram filtrados

ano a ano para uma análise cronológica, formando a base de dados da pesquisa disponível no link. As colunas da planilha foram selecionadas para fornecer uma visão abrangente dos acontecimentos, incluindo: Título, Link, Ano e Data de Publicação, Onde foi Publicado (Site) e Município de Origem (para identificar o veículo e sua abrangência), Resumo, e Atores Sociais.

Além disso, as notícias foram categorizadas em: Certificações e Regulações: Normas e certificações; Trabalho Escravo e Condições Degradantes de Trabalho: Violações de direitos trabalhistas; Conflitos Fundiários: Disputas por terras; Violência Contra Comunidades Tradicionais: Atos de violência; Meio Ambiente e Impactos Ambientais: Efeitos ambientais da atuação da empresa; Impactos Econômicos e Legais: Repercussões econômicas e disputas jurídicas.

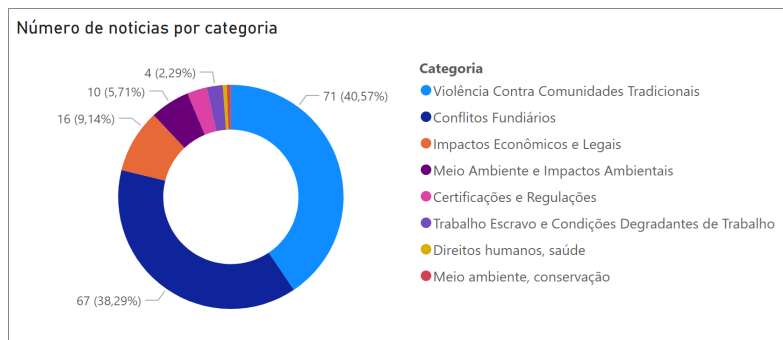
A criação de gráficos a partir da planilha de notícias é crucial para visualizar e comunicar os resultados, transformando dados em insights claros. Gráficos sintetizam grandes volumes de informações, permitindo identificar padrões e tendências que seriam menos evidentes em uma análise puramente textual. Esses gráficos são ferramentas visuais que complementam a análise teórica, possibilitando conclusões mais robustas e acessíveis sobre os conflitos fundiários e ambientais.

As análises estatísticas permitem estabelecer a análise quantitativa de eventos e as características de uma população. Isso pode se dar de maneira mais elementar por intermédio da estatística descritiva, o que compreende técnicas e maneiras mais usuais, como frequências e gráficos (de pizza, barras, por exemplo.), medidas de tendência central (média, mediana, por exemplo) e dispersão (desvio padrão, por exemplo). (SAMPAIO E LYCARIÃO, pág 113)

RESULTADOS

Os gráficos gerados a partir desses dados são essenciais para visualizar tendências, como tipos de conflito mais frequentes, municípios mencionados e possíveis abordagens tendenciosas. Essa metodologia oferece uma visão estruturada e comparativa, facilitando a compreensão do cenário investigado.

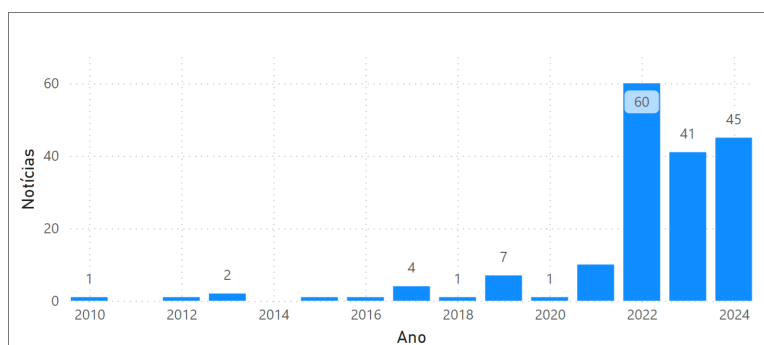
Gráfico 1 – Número de notícias por categoria



Fonte: Clínica Multivercidades (2024)

A análise da distribuição das matérias por categoria revela que os "Conflitos Fundiários" são predominantes, representando 40,57% das notícias, indicando que as disputas de terra entre a Agropalma e as comunidades são o foco central. A segunda categoria mais frequente é a "Violência Contra Comunidades Tradicionais" (38,29%), sublinhando a alta incidência de confrontos.

Gráfico 2 – Notícias por ano



Fonte: Clínica Multivercidades (2024)

O gráfico mostra a distribuição das matérias entre 2010 e 2024, com crescimento acentuado a partir de 2022. O pico de 60 matérias em 2022 e 45 em 2024 indica a intensificação dos conflitos e da cobertura midiática, possivelmente impulsionada por disputas fundiárias e denúncias de violência.

As notícias, segundo Mototch e Lester (1993), ajudam a construir uma cronologia social acessível, gerando efeito multiplicador. No entanto, como aponta Lippmann (2008), reportagens também são interpretações seletivas dos fatos. Assim, a linha do tempo construída entre 2010 e 2024 busca identificar se o aumento da cobertura reflete maior visibilidade jornalística ou agravamento real dos conflitos.

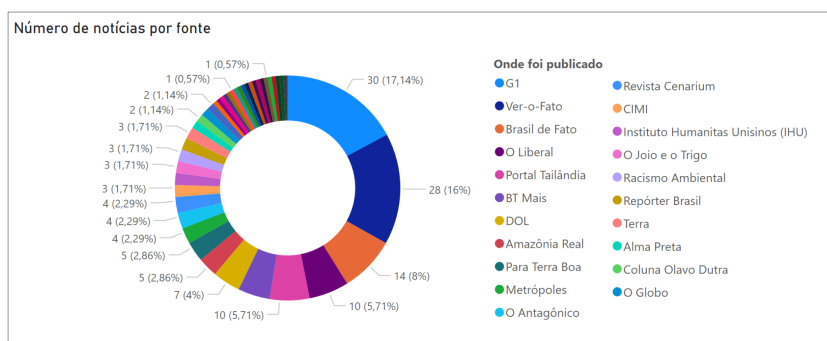
Nesse cenário, o jornalismo ambiental vai além da denúncia de impactos ecológicos: trata-se de uma prática crítica, interdisciplinar e voltada à construção de consciência cidadã (Bueno, 2009). Para o autor, é um jornalismo de direitos, que

articula saberes diversos — inclusive os das populações tradicionais — e insere os eventos em redes causais históricas e políticas. Em consonância, Muniz (2009) define o jornalismo ambiental como pensamento complexo, capaz de articular dimensões ecológicas, sociais e culturais. A reportagem, nesse campo, funciona como instrumento formativo e transformador, e a intensificação da cobertura entre 2022 e 2024 pode sinalizar uma inflexão na prática jornalística, com maior densidade investigativa e escuta das vozes periféricas.

As buscas por “Dendê” revelam que sua produção no Pará começou após 2010, com incentivos ao biocombustível. Desde o início, houve alertas sobre tensões socioambientais. Apesar de programas de sustentabilidade lançados em 2011, denúncias de trabalho escravo e violência surgiram já em 2012. Entre 2015 e 2017, os conflitos se agravaram, culminando na concessão de terras à Agropalma em 2019, mesmo sob críticas quilombolas.

Nos anos seguintes, cresceram as denúncias contra a empresa por degradação ambiental e violações de direitos. Em 2022, a cobertura atingiu seu ápice, refletindo disputas fundiárias, violência e precarização do trabalho. Esse padrão se manteve em 2023 e 2024, com confrontos armados, ações judiciais e presença policial, elevando a repercussão internacional. Em síntese, a expansão do dendê no Pará, marcada por alertas prévios e regulação frágil, tornou-se alvo de denúncias que, impulsionadas por jornalistas investigativos, coletivos ambientais e mídias alternativas, ganharam visibilidade nacional. Como mostram os gráficos, essas páginas tiveram papel central na ampliação do debate público.

Gráfico 3 – Número de notícias por fonte



Fonte: Clínica Multivercidades (2024)

O gráfico demonstra a distribuição das notícias por fonte de publicação, revelando os veículos mais engajados na cobertura dos conflitos envolvendo a Agropalma e as comunidades. As três principais fontes são G1 (17,14%), Ver-o-Fato (16%) e Brasil de Fato (8%). O G1 tem alcance nacional com cobertura local, enquanto o Ver-o-Fato, com raízes no jornalismo paraense, abrange matérias nacionais. O Brasil de Fato é um site e radioagência com jornais regionais em diversos estados. A variedade de fontes, de portais nacionais a veículos regionais, indica que o conflito é abordado sob diversas perspectivas, permitindo uma visão diversificada dos acontecimentos e a análise de possíveis tendências editoriais.

Para compreender a relação entre os conflitos na Amazônia e as correlações de forças em Acará, Tomé-Açu, Tailândia e Moju, foi fundamental identificar os atores que moldam as dinâmicas socioambientais e espaciais da região. Para isso, utilizamos dados secundários de processos judiciais, documentos governamentais, literatura acadêmica e reportagens.

A microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense (englobando Acará, Moju e Tailândia), evidencia a sobreposição de interesses entre diversos grupos sociais. Os principais atores identificados incluem indígenas (Tembé, Turiwara, Anembés), comunidades quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, além de empresas de agroindústria de dendê (Tailândia e Tomé-Açu), a mineradora MPSA (Paragominas e Barcarena) e o Estado. Esses grupos disputam intensamente o uso e a gestão dos recursos naturais, tanto nas áreas de expansão do dendê quanto nas atividades de mineração. Identificar esse cenário de sobreposições e os interesses específicos de cada grupo é crucial para análises mais assertivas sobre soluções e medidas preventivas de conflitos. Essa compreensão abre caminhos para o diálogo entre os atores, visando equilibrar as demandas econômicas, sociais e ambientais.

CONCLUSÃO

As considerações finais deste artigo revelam o papel essencial da mídia regional e alternativa na visibilização dos conflitos que atravessam os territórios amazônicos. Em um cenário de violência contra lideranças, grilagem de terras e avanço de monoculturas, esses veículos atuam como mediadores entre a experiência das comunidades e o debate público, tensionando silêncios e narrativas dominantes.

Sua potência reside não apenas na presença em locais onde a grande imprensa não chega, mas também na escuta sensível que praticam. Suas reportagens registram os dramas cotidianos com mais densidade, oferecendo um retrato situado dos impactos socioambientais sobre os modos de vida tradicionais.

Ao lado da mídia independente, esses veículos compõem uma ecologia informacional mais plural, ao questionarem os interesses dos grandes empreendimentos e revelarem as assimetrias de poder nos conflitos fundiários e ambientais. A informação comprometida com o interesse público torna-se, assim, ferramenta de resistência e de luta por justiça territorial.

O crescimento da cobertura nacional sobre a expansão do dendê revela não apenas a gravidade dos impactos, mas também uma mobilização crescente em defesa dos direitos das populações amazônicas. Essa visibilidade, ainda que tardia, pressiona empresas e autoridades e recoloca no debate público a urgência da regulamentação fundiária e da proteção dos territórios indígenas, quilombolas e camponeses. Diante da opacidade que marca os processos de expropriação e silenciamento, a atuação crítica da mídia regional emerge como gesto de reparação simbólica, inscrevendo as vozes que insistem em existir, resistir e narrar seus próprios mundos.

REFERÊNCIAS

ANAÍNDIOS. Área disputada por indígenas e empresa Agropalma é palco de conflito violento no Pará. 5 set. 2024. Disponível em:
<https://anaind.org.br/noticias/area-disputada-por-indigenas-e-empresa-agropalma-e-palco-de-conflito-violento-no-para/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Denúncia de violação de direitos humanos dos quilombolas do Alto Rio Acará/PA (Balsa, Turi-Açu, Palmares e Gonçalves) pela empresa Agropalma S/A. Disponível em:
<https://portal.abant.org.br/comite-quilombos-1/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL DE FATO. Indígenas retomam área no Pará sob domínio da Agropalma e são agredidos por seguranças. 30 ago. 2024. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/08/30/indigenas-retomam-area-no-para-sob-dominio-da-agropalma-e-sao-agredidos-por-seguranças/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL DE FATO. Monocultura do dendê traz impactos ambientais para comunidades

no nordeste paraense. 17 maio 2017. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/17/monocultura-do-dende-traz-impactos-ambientais-para-comunidades-no-nordeste-paraense/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges Toni (orgs.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/11897/8391>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CLÍNICA MULTIVERCIDADES. **Nota técnica: Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu**. 2024.

DW BRASIL. Controverso, plantio de dendê no Brasil triplica em 4 anos. 2014. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/controverso-plantio-de-dend%C3%AA-no-brasil-triplica-em-4-anos/a-17429621>. Acesso em: 8 jul. 2025.

G1 PARÁ. Justiça condena Agropalma a pagar R\$ 960 mil por condições degradantes de trabalho; ainda cabe recurso. 11 mar. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/03/11/justica-condena-agropalma-a-pagar-r960-mil-por-condicoes-degradantes-de-trabalho-ainda-cabe-recurso.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2025.

JÁCOME, Phellipy; VIDIGAL, Liana; CHAGAS JUNIOR, Edgar; PORTO, Gilson (orgs.). **Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM UFMG, 2021. 276 p. ISBN 978-65-86963-47-2.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 7-28.

MÍDIA JUR. Relatório mostra quem são os propagadores de notícias falsas em Mato Grosso. 4 jul. 2024. Disponível em: <https://www.midiajur.com.br/politica/relatorio-mostra-quem-sao-os-propagadores-de-noticias-falsas-em-mato-grosso/52283>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

MUNIZ, Cristiano dos Santos. **Jornalismo ambiental: conceitos e especificidades**. 2009. 92 f. Monografia (Especialização em Comunicação e Informação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22309>. Acesso em: 9 jul. 2025.

O LIBERAL. Suspeitos de crimes de grilagem de terras da Agropalma são intimados pela Justiça. 22 out. 2021. Disponível em:

<https://www.oliberal.com/politica/suspeitos-de-crimes-de-grilagem-de-terras-da-agropalma-sao-intimados-pela-justica-1.430092>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PARÁ TERRA BOA. Empresa produz 200 mil toneladas por ano de óleo de palma no Pará. 15 out. 2023. Disponível em:

<https://www.paraterraboa.com/gente-da-terra/oleo-de-palma-rende-200-mil-toneladas-por-agricultores-de-empresa-no-para/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PORTAL TAILÂNDIA. Agropalma é considerada a melhor empresa para se trabalhar no Pará. 10 out. 2019. Disponível em:

<https://portaltailandia.com/tailandia-pa/agropalma-e-considerada-a-melhor-empresa-para-se-trabalhar-no-para/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PORTAL TAILÂNDIA. Tailândia: trabalhadores da Agropalma interditam a rodovia PA-150. 13 abr. 2022. Disponível em:

<https://portaltailandia.com/tailandia-pa/tailandia-trabalhadores-da-agropalma-interditam-a-rodovia-pa-150/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

REPÓRTER BRASIL. Dendê na Amazônia: novos projetos, alerta permanente. 14 jun. 2010. Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2010/06/dende-na-amazonia-novos-projetos-alerta-permanente/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

REPÓRTER BRASIL. Plantio de dendê entra na lista de atividades com trabalho escravo. 9 jul. 2013. Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2013/07/plantio-de-dende-entra-na-lista-de-atividades-com-trabalho-escravo/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

REVISTA CENARIUM. Indígenas Turiwara denunciam ataques armados por seguranças da empresa Agropalma no Pará. 22 ago. 2024. Disponível em:

<https://revistacenarium.com.br/indigenas-turiwara-denunciam-ataques-armados-por-seguranças-da-empresa-agropalma-no-para/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Enap, 2021. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

SUMAÚMA. Encurralados: indígenas, quilombolas e ribeirinhos resistem à monocultura do dendê. 28 fev. 2023. Disponível em:

<https://sumauma.com/encurralados-indigenas-quilombolas-e-ribeirinhos-resistem-a-monocultura-do-dende/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SUMMIT AGRO. Óleo de palma sustentável do Brasil se destaca no mundo. 20 jul. 2022. Disponível em:

<https://summitagro.estadao.com.br/sustentabilidade/oleo-de-palma-sustentavel-do-brasil-se-destaca-no-mundo/>. Acesso em: 8 jul. 2025.